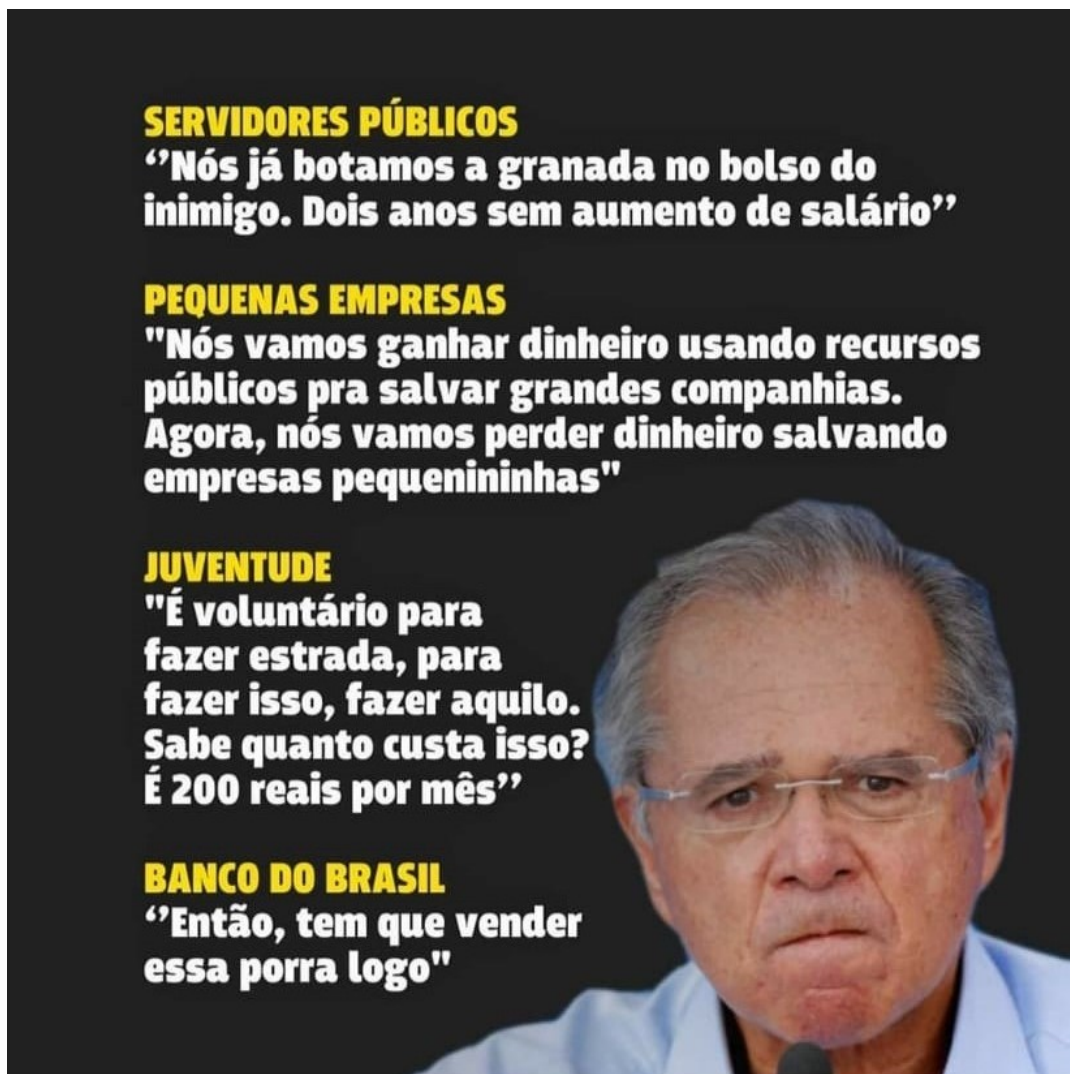


No pós-pandemia, o Paulo Guedes quer que os servidores públicos paguem novamente a conta: nós vamos aceitar isso?



Como se pode ver na figura acima, o ministro da Economia considera os servidores públicos como "inimigos". Desnecessário apontar o quanto equivocadas são as falas deste cidadão, mas nós, servidores públicos, precisamos entender neste momento o seguinte: se depender do Paulo Guedes, assim que acabar a pandemia e forem calculados os possíveis prejuízos com a COVID-19, os servidores públicos serão os maiores responsáveis por pagar mais essa conta...

Como combater isso? O Sinal-BH levou uma proposta ao Sinal Nacional na última quinta-feira, a qual foi aprovada por ampla maioria: apoiar as [10 Propostas Tributárias Emergenciais para o Enfrentamento da Crise Provocada pela COVID-19](#). Este é um trabalho desenvolvido pelos servidores da Receita Federal e dos Fiscos Estaduais, e apresenta a ideia de, desta vez, tributar com mais força os bilionários e os bancos, em vez de sacrificarem ainda mais os trabalhadores, os servidores públicos, as pequenas empresas e outros segmentos já bem castigados pelas nefastas políticas do Paulo Guedes.

Resumo da ópera: **ou nós apresentamos a alternativa de que os mais ricos paguem a conta, ou o Paulo Guedes e seus aliados vão mais uma vez partir para cima dos servidores!** Esta é a escolha fundamental, e o Sinal, é claro, vai continuar no caminho de sempre: a incansável luta em defesa dos servidores públicos.

Se o Ministério da Economia determinar a volta imediata ao trabalho presencial, o Sinal e o FONACATE já estão prontos para entrar na Justiça!



O Presidente do Sinal-BH conversou, na última quinta-feira (21/5), com o Presidente do FONACATE, Rudinei Marques. Ele nos garantiu que, se o Ministério da Economia editar alguma norma determinando a volta ao trabalho presencial no auge da pandemia da COVID-19, o FONACATE já está com tudo pronto para entrar na Justiça contra essa possível arbitrariedade. Independente disso, o Sinal Nacional também já tem as condições necessárias para, se for o caso, entrar na Justiça em defesa dos servidores do Bacen.